

**SABERES PROFISSIONAIS DE PROFESSORES E GESTORES DE ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Maevi Anabel Nono, Raiza Fernandes Bessa De Oliveira

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

Por meio desta pesquisa objetivou-se investigar saberes que profissionais de Educação Infantil possuem a respeito de leis e documentos publicados no Brasil, desde 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica. Entende-se por profissionais tanto professores quanto gestores que trabalham em creches e pré-escolas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa desenvolvido no período 2012-2013. Os sujeitos da pesquisa foram 10 professores(as) e 6 gestoras que atuavam em creches e pré-escolas de 10 municípios e que frequentaram curso de Difusão de Conhecimento, via Plataforma TelEduc, no qual os dados foram coletados por meio de questionários, depoimentos em fóruns de discussão e portfólios. Os dados foram analisados a partir de focos de análise estabelecidos com base nos objetivos da pesquisa. Assim, os focos foram: 1) saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre legislação, 2) saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre documentos, 3) fontes de aquisição dos saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre leis e documentos e 4) interferência de tais saberes na constituição das identidades dos profissionais de Educação Infantil e em suas práticas. Os principais resultados obtidos sugerem que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas décadas no Brasil, mas com algumas lacunas importantes em tais saberes, as quais podem interferir nas práticas que desenvolvem com as crianças pequenas e na construção de sua identidade como profissional desta etapa da Educação Básica. Espera-se, por meio da pesquisa, oferecer subsídios para formulação de projetos e práticas de formação continuada de profissionais de Educação Infantil. Palavras-chave: Formação continuada. Saberes docentes. Educação Infantil.

SABERES PROFISSIONAIS DE PROFESSORES E GESTORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Raiza Fernandes Bessa Oliveira; Maévi Anabel Nono. UNESP, IBILCE, Câmpus de São José do Rio Preto.

1. INTRODUÇÃO

Por meio desta pesquisa foi realizada a investigação de saberes de profissionais de Educação Infantil a respeito de leis e documentos publicados no Brasil, desde a década de 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica. Entende-se por profissionais tanto professores(as) quanto gestores(as) que trabalham em creches e pré-escolas.

Lutas travadas por movimentos sociais resultaram na conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como dever do Estado e direito das crianças de 0 a 6 anos de idade. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. São instituídas, no Brasil, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs – Resolução CNE/CEB nº 1/1999), de caráter mandatório, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada escola. Tais Diretrizes foram revogadas pela Resolução CNE/CBE nº 5/2009 que fixou novas diretrizes para essa etapa da Educação Básica, definindo a função sociopolítica e pedagógica das escolas de Educação Infantil.

Diversos documentos são publicados pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de subsidiar as práticas presentes nas escolas de Educação Infantil. Entre tais documentos estão o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006a), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), Política Nacional de

Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006c).

Acompanhando as alterações legais relativas à Educação Infantil, fundamentando-as e sendo impulsionadas por elas, diversas pesquisas são realizadas nas últimas décadas. Parte destas pesquisas busca investigar e subsidiar políticas de formação dos profissionais de Educação Infantil diante das novas exigências para essa etapa da Educação Básica (AZEVEDO; SCHNETZLER, 2001; KRAMER, 2005; MICARELLO, 2006; CÔCO, 2010). Algumas delas sinalizam a importância das relações que se estabelecem nas escolas entre professores e gestores. Aparentemente, os saberes destes últimos interferem no processo de construção de saberes profissionais dos primeiros (AMBROSETTI; ALMEIDA, 2008; SILVA, 2008; PEREIRA, 2009).

Neste contexto de novas exigências legais para a Educação Infantil e de publicação de orientações por meio de documentos oficiais advindos especialmente do MEC, e diante de um período de (re)construção das profissões ligadas às creches e pré-escolas, foi realizado este estudo dos saberes dos profissionais da Educação Infantil a respeito das leis e documentos para esta etapa da Educação Básica publicados no Brasil nas últimas décadas, desde 1980. Dada a importância, evidenciada por alguns estudos, das relações estabelecidas entre professores(as) e gestores(as) na construção dos saberes de ambos os grupos de profissionais, focalizam-se, neste estudo, saberes dos dois grupos.

A investigação é pautada na noção de *saberes* sistematizada por Tardif (2002) que, num sentido amplo, “[...] engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser” (p. 255). Trata-se de investigar o conjunto dos saberes relativos a leis e documentos utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar suas tarefas, considerando-se o que dizem os próprios profissionais a respeito de seus saberes profissionais (TARDIF, 2002).

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Investigar saberes que profissionais de Educação Infantil possuem a respeito das leis e documentos publicados no Brasil, desde a década de 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica.

2.2 Objetivos específicos

a) Identificar saberes que professores(as) e gestores(as) de escolas de Educação Infantil possuem sobre a legislação referente a esta etapa da Educação Básica focalizando, especificamente, a Constituição Federal de 1988 e Emendas Constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

b) Identificar saberes que professores(as) e gestores(as) de escolas de Educação Infantil possuem sobre os documentos referentes a esta etapa da Educação Básica publicados pelo MEC nas últimas décadas.

c) Apontar as fontes de aquisição dos saberes relativos a leis e documentos sobre Educação Infantil que possuem os profissionais de creches e pré-escolas.

d) Analisar, do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, de quais formas tais saberes interferem na construção de suas identidades profissionais e de suas práticas de trabalho nas creches e pré-escolas.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido no período de março de 2012 a julho de 2013. Os sujeitos da pesquisa foram 10 professores(as) e 6 gestoras que estavam atuando em creches e pré-escolas de 10 municípios (Itaporã/MS, Mirassolândia/SP, Catanduva/SP, São José do Rio Preto/SP, Itaquaquecetuba/SP, Bálamo/SP, Barretos/SP, Potirendaba/SP, Mirassol/SP e Rancharia/SP) e que frequentaram um Curso de Difusão de Conhecimento oferecido em 2 edições no ano de 2012. Trata-se de um curso oferecido na modalidade a distância, na Plataforma TelEduc, de 30 horas, organizado em dois tópicos: 1) Legislação atual referente à Educação Infantil e 2) Práticas de educação e cuidados na Educação Infantil.

Os dados foram coletados no decorrer do Curso, por meio de questionários, depoimentos em fóruns de discussão e portfólios e foram analisados a partir de focos de análise estabelecidos com base nos objetivos da pesquisa. Assim, os focos foram 1 – saberes dos profissionais de

Educação Infantil sobre legislação, 2 – saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre documentos, 3 – fontes de aquisição dos saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre leis e documentos e 4 – interferência de tais saberes na constituição das identidades dos profissionais de Educação Infantil e em suas práticas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos nesta investigação sugerem que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas décadas no Brasil, mas com algumas lacunas importantes em tais saberes, as quais podem interferir nas práticas que desenvolvem com as crianças pequenas e na construção de sua identidade como profissional desta etapa da Educação Básica.

Desta forma, no que se refere aos ***saberes que os sujeitos possuem sobre a legislação referente a Educação Infantil***, os sujeitos, em sua maioria, afirmam ter conhecimento da Resolução CNE/CEB nº 5/2009 que fixa as DCNEIs. Além disso, todos os sujeitos demonstram saber do caráter educacional das creches e pré-escolas, definido pela LDB nº 9.394/96 e do fato de não haver mais vínculo entre as creches e a Assistência Social, embora também se fundamentem no saber de que nem toda a sociedade esteja informada sobre as mudanças na Educação Infantil que assume, atualmente, a função de cuidar e educar as crianças pequenas, com creches e pré-escolas integradas aos sistemas de ensino.

Entre os saberes que os sujeitos possuem sobre a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, vale destacar alguns: a brincadeira deve ser um dos eixos norteadores das práticas pedagógicas realizadas nas creches e pré-escolas e “[...] a criança tem o direito à brincadeira” (C3), as rotinas devem ser definidas levando-se em conta o art. 9º da Resolução (P10), devem ser promovidas as interações entre crianças de diferentes idades (P7), a construção da autonomia das crianças deve ser incentivada (P7), o respeito às necessidades e especificidades das crianças é essencial (P8), a indissociabilidade do educar e cuidar deve ser presente nas creches e pré-escolas (P10, P7, D3). Algumas das práticas descritas pelos sujeitos durante a coleta dos dados revelam saberes sobre as DCNEIs que parecem fundamentar sua atuação junto às crianças pequenas:

[...] um grande desafio percebido nas creches é o entrar em sintonia com crianças tão pequenas, o educador desenvolve a habilidade em lidar com interações tão distintas, que não são ensinadas nos cursos de graduação aprendemos com a prática mesmo. No nosso cotidiano escolar penso que um currículo relevante leva em conta toda aquisição que as crianças desenvolvem nessa fase, no meu exercício como educadora gosto muito de torná-los autônomos, no ritmo de cada um claro... Essa questão de ter iniciativa se faz presente em nossa rotina, um exemplo que parece simples, mas, para eles é uma conquista e tanto é a autonomia de pegar a própria caneca, abrir a torneira, encher a caneca tomar a água e fechar a torneira e eles são tão solidários, minha turma tem de 2 a 3 anos o mais velho ajuda o menorzinho nessa tarefa abrindo a torneira, pois, ele não alcança, é uma forma de socialização (P7).

Exemplos de como na escola a criança é o centro do planejamento curricular posso exemplificar em relação ao projeto que realizamos no colégio onde um deles surge pelo interesse dos alunos por determinado assunto. Partindo do interesse eles vão fazendo novas descobertas que são mediadas pelo professor e podem tomar vários rumos. Os outros projetos estão pré-definidos porém os rumos que irão tomar irá depender do interesse da turma. Trabalhamos com as crianças questões de solidariedade, respeito ao próximo e ao ambiente e partilha. As crianças confeccionam alguns brinquedos e livros que são doados a crianças de fora da escola com isso, podemos trabalhar o dar sem esperar nada em troca (P9).

Em relação aos **saberes que os sujeitos desta pesquisa possuem sobre os documentos referentes a esta etapa da Educação Básica publicados pelo Ministério da Educação nas últimas décadas** nota-se, por meio dos dados coletados, que muitos dos sujeitos não possuíam conhecimento sobre a existência deles ou sabiam que existiam, mas nunca tinham manuseado ou lido. P4/D2, por exemplo, afirma que “Gostei muito de conhecer os Parâmetros, pois tinha conhecimento que eles existiam, mas não os tinha manuseado, foi muito bom, é sempre bom estar por dentro das leis ainda mais eu como gestora”. P4 também destaca que: “Nossa vida de professor é um constante aprendizado. Os Parâmetros, eu tinha conhecimento do material, mas não conhecia a fundo”. P2 escreve: “Eu ainda não conhecia o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, estou tendo a oportunidade de lê-lo pela primeira vez aqui [no curso]”. Se levarmos em conta que os documentos publicados pelo MEC sintetizam o debate acumulado sobre a organização nos ambientes de aprendizagem e suas dimensões, bem como sobre a construção dos direitos da criança, sua família e seus educadores nas creches e pré-escolas (MELLO, 2010), seria essencial que os sujeitos possuíssem um conhecimento mais aprofundado deles.

Os depoimentos de P1 e P3 sugerem que, muitas vezes, os temas tratados nos documentos são discutidos pelos sujeitos, de modo que possuem saberes sobre eles, sem necessariamente saber que são abordados em documentos oficiais: “Não me lembro de ter acesso a este documento, geralmente fazemos discussões sobre o que podemos melhorar na escola

mas sem nos orientarmos pelos documentos” (P1). P3 escreve que “Já tinha ouvido falar, mas nunca tinha tido a oportunidade de ler, depois de ter dado uma olhada e lido as páginas indicadas, observei que algumas coisas já havíamos discutido em HTPC, mas nunca a leitura completa”.

Alguns dos trechos escritos pelos sujeitos revelam saberes que possuem sobre o conteúdo presente nos documentos relativos a Educação Infantil:

As crianças aprendem bastante no momento das refeições no caso da escola particular onde trabalho temos dois momentos o lanche onde todos se sentam nas mesas para se alimentar e muitas vezes dividem o lanche que trouxeram de casa com os amigos. Outro momento é o da partilha onde eles trazem fruta ou legumes e na roda partilhamos juntos, nesse momento muitas crianças experimentam frutas ou legumes que muitas vezes não lhes foram apresentados ou não comem com seus pais, assim estimulamos uma alimentação mais saudável e a descoberta da criança por novos sabores. Um dia da semana é destinado para que, um amigo da turma traga um lanche a ser partilhado aos amigos. Dessa forma trabalhamos a partilha, o dividir com os amigos (P9).

Entendo que a participação das famílias na escola é muito importante, mas na etapa de creche ela é fundamental. Quando assumi a direção do CMEI procurei incentivar a participação das famílias nos diversos momentos: no dia a dia para troca de informações sobre a criança (alimentação, saúde), nos momentos de discussão e decisão (proposta pedagógica, promoções, festas, avaliações internas), nos conselhos (APM, Colegiado Escolar). Essa relação de respeito, confiança e co-responsabilidade foi sendo fortalecida diariamente no diálogo franco e aberto com os pais, nas exposições das atividades das crianças, palestras com médicos, psicólogas, e a resignificação da educação na etapa de creche (C2).

Sobre as **fontes de aquisição dos saberes relativos a leis e documentos sobre Educação Infantil que possuem os profissionais de creches e pré-escolas sujeitos da pesquisa** são apontadas ações de formação continuada no próprio ambiente de trabalho, cursos de formação inicial (Pedagogia), cursos de Especialização e de preparação para concurso público, além de eventos sobre Educação Infantil. Sobre as ações no ambiente de trabalho, são indicadas reuniões e também orientações das Secretarias Municipais de Educação. Parece haver, por parte dos sujeitos, uma valorização dos momentos coletivos de formação continuada, pois nestes momentos é possível estudar os documentos e leis, além de discutilos com base nas situações vivenciadas na própria creche ou pré-escola, como afirma P7:

[...] já conhecia as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, tive a oportunidade de estudá-las num curso de formação continuada de professores oferecido pela secretaria municipal de educação de [...]. Durante o curso fazíamos rodas de conversa onde trocávamos experiências que muito tinham a ver com o texto.

Entretanto, os sujeitos também apontam o pouco tempo que possuem para tais discussões nas escolas:

[...] é uma pena que documentos como esses não são discutidos pelos profissionais da educação infantil. Não sei como podemos nos organizar para estudá-lo, na hora atividade do professor não dá tempo e a maioria dos professores trabalham o dia todo, não se dispondo a sessões de estudo a noite (D1).

Alguns dos sujeitos afirmaram que conheceram os documentos relativos à Educação Infantil no ambiente de trabalho, entretanto, destacam que não tiveram a oportunidade de estudá-los e discuti-los. Puderam apenas ter contato com o documento, normalmente enviado para a escola pelos órgãos governamentais. P5, por exemplo, afirma que “Já conhecia mas nunca li [o documento], estamos esperando a oportunidade para lermos em HTPC. Conhecia o documento, na minha escola possui os volumes 1 e 2”. P1 destaca: “Eu conheço o conteúdo dos parâmetros desde a época da graduação, [...]. Na escola onde trabalho os parâmetros ficam disponíveis para consulta e sempre que surgem dúvidas é a eles que recorro”. P6 também sugere que conheceu um dos documentos do MEC na escola: “Conheci o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil na instituição em que trabalho”. C3 afirma que “Na nossa creche temos um quadro com esses direitos pregado na secretaria, pois não temos sala de professores devido à falta de salas vazias” e informa que “Eu já conhecia este documento [Política], porém vim a conhecê-lo faz 3 anos na creche em que trabalho mesmo, pois o governo mandou vários exemplares em forma de livrinhos. Porém não o discutimos”.

Vale ressaltar que muitos dos sujeitos destacam os grupos de estudo e cursos de preparação para concursos públicos como fonte de aquisição de saberes especialmente sobre as DCNEIs:

Sim, já a conhecia [Resolução CNE/CEB nº 5/2009]. A conheci na faculdade de Pedagogia. Porém foi no Curso Preparatório para o concurso de [nome do município] que estudei mais profundamente essa resolução e pude discuti-la com os demais colegas do curso (C3).

A Resolução já era do meu conhecimento. Como prestei alguns concursos durante os últimos anos, participei de grupos de estudo onde discutíamos as diversas resoluções e práticas existentes. Relacionávamos com a prática durante todo o tempo, pois muito se vê na teoria mas na prática ainda se distancia muito. Na escola, ou mesmo nos cursos de formação em serviço não houve discussões desse tipo (D3).

Conheci a Resolução quando estudei para o concurso de professor de creche. [...] Já discutimos ela também em HTPC e também pude ouvir sobre a Resolução no Fórum de Educação Infantil em [nome do município] (P10).

C2 questiona a forma como é feita a divulgação dos documentos sobre Educação Infantil publicados pelo MEC para os profissionais desta etapa da Educação Básica:

Apesar do documento ter sido elaborado em 2006, no ano de 2010 recebemos a versão impressa no CMEI, no qual ainda era a diretora e tive a oportunidade de ler e discutir com as professoras os parâmetros apresentados. A dúvida que tenho é quanto a divulgação desse e outros documentos elaborados pelo MEC: se são parâmetros e portanto devem ser seguidos como regra e norma para a implantação e melhoria da qualidade da educação infantil, quais os mecanismos utilizados para que estes cheguem aos municípios e sejam implantados pelos órgãos competentes (Prefeituras e Secretarias de Educação)? É obvio que a implantação de tais parâmetros seria de grande valia para a melhoria da qualidade da educação infantil, especialmente no que se refere aos espaços físicos e a contratação de pessoas qualificadas para desenvolverem o trabalho nas instituições de Educação Infantil (C2).

Finalmente, no que se refere **ao ponto de vista dos sujeitos da pesquisa sobre de quais formas tais saberes interferem na construção de suas identidades profissionais e de suas práticas de trabalho nas creches e pré-escolas**, P10, por exemplo, afirma que: “Atuando na educação infantil tenho contato constantemente com a mesma [Resolução CNE/CEB nº 5/2009], pois para elaborar a rotina de atividades para as crianças é preciso um embasamento nela, garantindo assim que os eixos e conteúdos de trabalho sejam desenvolvidos durante a semana”. De modo geral, os sujeitos afirmam a importância de que suas práticas sejam norteadas pelas leis e documentos relativos à Educação Infantil e, em diversos momentos, apresentam exemplos que sugerem que isso vem acontecendo, como vemos nos trechos a seguir, ou que há uma tentativa de que isso aconteça, tentativa esta algumas vezes dificultada por situações diversas do cotidiano:

Na escola em trabalho procuramos atender todos os direitos da criança, que diga-se de passagem é o que deveria acontecer, pois todos esses direitos são favoráveis a construção do conhecimento de cada criança. Verifico que o grande problema da minha escola é a falta de materiais necessários para o desenvolvimento global do aluno, o espaço físico entre outras coisas. Procuramos proporcionar momentos de brincadeira bem como uma alimentação saudável. Não percebo nenhum direito que não seja atendido, mas verifico que não é da forma adequada, poderia ser bem melhor. Dentro do nosso contexto escolar procuramos sempre que possível, trazer palestras aos alunos sobre alimentação saudável e proporcionar momentos de atividades lúdicas, as quais o aluno possa ser ele mesmo, sem muitas regras ou determinações, que a criança viva a hora do seu faz de conta, fator esse que é de suma importância para o desenvolvimento global de nossos alunos (P4/D2).

Ainda não é possível atender a todos os direitos da criança, expostos pelo documento em estudo. Mas acredito que as escolas estão se empenhando em realizá-los. No Centro Municipal de Educação Infantil em que trabalho buscamos sempre a melhoria do atendimento às crianças e estamos conseguindo atender a alguns direitos como: reconhecer o período de adaptação como um momento muito especial na vida da criança, sua família e seus familiares. Portanto nesse período o planejamento é flexível e elaborado de forma tranquila, oferecendo atividades relaxantes, proporcionando ambiente acolhedor e afetivo para que a criança se sinta segura; Nossas crianças expressam seus sentimentos através das brincadeiras, desenhos e dramatizações, o lúdico é atividade primordial. As crianças tem oportunidade de desenvolver brincadeiras, jogos simbólicos, ouvir músicas e assistir teatro de fantoche, ouvir histórias, manusear livros de história e outros materiais impressos, tem oportunidade de cantar e dançar. Eis também alguns desses direitos que ainda não conseguimos realizar quanto ao direito à atenção individual: não realizamos ainda saudação e despedida individual das crianças na chegada e saída da creche, (falta criarmos esse hábito tão importante para a autoestima da criança) realizamos de modo geral. Quanto ao direito à

brincadeira nem sempre orientamos as famílias sobre sua importância para o desenvolvimento infantil. Ao contato com a natureza, nossa instituição apenas possui árvores, não existem outras plantas para o contato com a natureza, é preciso planejarmos esse espaço, já foi pensado, mas não depende somente da instituição, precisamos de recursos (P6).

Nota-se, nos trechos anteriores, a preocupação em atender aos direitos fundamentais das crianças definidos tanto nas DCNEIs quanto no documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009), apesar das limitações impostas pelo cotidiano. Essa preocupação sugere que os sujeitos se fundamentam em uma concepção de criança como sujeito de direitos.

Os sujeitos também afirmam que “[...] se todos os parâmetros estabelecidos pelo MEC forem alcançados teremos sim uma Educação Infantil de qualidade em nosso país” (P6) e que a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 representa uma valorização da Educação Infantil como etapa da Educação Básica (C3), mas apontam as dificuldades de atendimento às determinações legais e orientações oficiais:

Olá companheiras(o) de curso: não podemos deixar de dizer inicialmente que a Resolução CNE/CEB 05/2009 é um documento de extrema importância, pois ela é sem dúvidas um documento norteador, mas podemos evidenciar que ainda falta muito para chegarmos ao que determina a Resolução. Observamos que as creches e pré-escolas possuem, na visão dos pais e de certa parcela da população, um caráter assistencialista, ou seja, um local em que podem deixar seus “pupilos” enquanto trabalham. É preciso que essa visão distorcida dessas instituições de ensino sejam modificadas, por meio de esclarecimentos realizados às famílias e toda a sociedade. É triste termos que conviver com a ideia de que o “nosso trabalho” é algo sem importância. A sociedade e os familiares precisam ver as creches e pré-escolas como espaço de desenvolvimento de crianças (P8).

Ao ler o documento percebi que já estamos dando um grande passo em relação à garantia de qualidade na educação infantil, ou seja, a educação infantil do município onde resido, é vista com olhar diferenciado, temos nas creches em todas, professor de creche, currículo, Projeto Político Pedagógico, nós professores temos que elaborar o plano de ensino anual de trabalho, realizamos capacitações, para atender às necessidades das crianças. O poder público busca sempre atender as necessidades educacionais. Em relação a estrutura dos prédios, muitos são antigos, então as dificuldades aumentam, muitas vezes falta alguns recursos pedagógicos de trabalho que dificultam o trabalho com as crianças, eu no caso, apelo para os reciclados rsrs, mas vejo que o caminho está seguindo para o trabalho de sucesso com as crianças (P10).

[...] acredito que a prática desses parâmetros pode trazer benefícios para nossa educação infantil, afinal ainda estamos engatinhando na tentativa de nos afirmarmos como uma etapa fundamental na formação de indivíduos (C2).

Nos trechos anteriores, é possível notar que os sujeitos visualizam um processo de transição na construção de identidade dos profissionais de Educação Infantil. Os documentos e leis parecem conduzi-los para um entendimento de sua profissão como essencial para o desenvolvimento das crianças – embora Micarello (2006) observe que até mesmo nos documentos oficiais existe pouca clareza com relação ao perfil profissional dos professores

de Educação Infantil – mas os pais e “certa parcela da população” (P8), e também alguns dos professores de Educação Infantil, ainda possuem, em sua opinião, uma visão assistencialista da Educação Infantil. C3 destaca, no trecho a seguir, a indefinição quanto ao papel do profissional de Educação Infantil, especialmente da creche:

Em várias reuniões eu a Diretora da nossa creche tentamos tirar das professoras o preconceito que elas mesmas têm quanto a trabalhar em creche. A creche por apresentar anos antes essa função assistencialista apenas visando somente o cuidar faz com que as pessoas ainda sustentem uma visão errada da creche neste sentido. Hoje a educação infantil tem indissociáveis o cuidar e o educar, e isso é como já disse um ganho, esse reconhecimento é um ganho. O profissional da creche deixa de ser apenas a tia da creche para ser considerada a professora da creche (C3).

A indefinição do papel do professor de Educação Infantil também é observada por Campos e Cruz (2006, p. 111) que afirmam:

Seria lógico esperar que as respostas mostrassem uma valorização do papel do professor (ou melhor dizendo, da professora) e da importância de sua formação para que a educação infantil pudesse cobrir tantos e tão importantes objetivos. No entanto, esse aspecto não foi suficientemente valorizado por muitos dos segmentos entrevistados, inclusive pelas próprias crianças. Parece que a identidade da professora de educação infantil ainda não se consolidou como profissional, o que supõe uma competência específica como mediadora de aprendizagens e do desenvolvimento infantil. Na ambigüidade de alguém que atua em um “segundo lar” (que deve “cuidar bem” da criança) e ao mesmo tempo como educadora (que precisa prepará-la para o futuro escolar e para uma melhor situação de trabalho no futuro), perde-se sua principal função de incentivadora, facilitadora e propiciadora da aprendizagem e do desenvolvimento da criança dessa faixa etária no presente, desenvolvimento que supõe a integração entre os aspectos de cuidado e educação nas práticas cotidianas. Nesse ponto, a marca de uma transição ainda incompleta da instituição de educação infantil na direção de sua integração à educação básica encontra-se bem visível em muitas das respostas registradas nesta Consulta.

Campos e Cruz (2006) chegam às conclusões descritas no trecho anterior consultando professoras(es), funcionárias(os), diretoras(es) e/ou coordenadoras(es), mães e pais de alunos, mães e pais de crianças entre 0 e 6 anos de idade da comunidade que não estavam matriculadas nas instituições pesquisadas, líderes comunitários e grupos de crianças de 53 instituições do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, sendo creches e pré-escolas públicas municipais e estaduais, privadas, comunitárias, filantrópicas, confessionais e particulares. De modo que a indefinição da identidade do profissional de Educação Infantil se observa também em resultados de outras pesquisas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos por meio desta pesquisa evidenciam que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas décadas no Brasil. Entretanto, há lacunas nestes saberes que precisam ser suprimidas de modo que suas práticas atendam à legislação e às orientações vigentes. Em seus depoimentos, alguns dos profissionais afirmam não conhecer ou conhecer superficialmente algumas das leis e documentos apresentados. Destacam a pouca divulgação deste material nas creches e pré-escolas e a falta de tempo dos profissionais para estudá-los e discuti-los no ambiente de trabalho. Em relação às leis e documentos que dizem conhecer, apontam como fontes de aquisição de saberes sobre eles o ambiente de trabalho, cursos de Pedagogia e de Especialização, além de eventos relativos a Educação Infantil e cursos de preparação para concursos públicos.

Os saberes que possuem sobre as leis e documentos permitem que apontem sua adequação para o estabelecimento de uma Educação Infantil de qualidade. Entendem que a concepção de Educação Infantil que fundamenta tais leis e documentos permite uma valorização da identidade do profissional desta etapa da Educação Básica, que passa a ser entendido como responsável pelo desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos.

Lacunas evidenciadas nos saberes dos profissionais de Educação Infantil sugerem a necessidade da definição de políticas e da elaboração de projetos e práticas de formação continuada destes profissionais que possam garantir a eles condições para estudos e reflexões sobre as leis e documentos existentes para nortear suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSETTI, N. B.; ALMEIDA, P. C. A. A constituição da profissionalidade docente: tornar-se professora de educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf>

AZEVEDO, H. H.; SCHNETZLER, R. P. Necessidades formativas de profissionais de Educação Infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, n. 24, Caxambu, 2001. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt7>

- BRASIL. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006a.
- _____. *Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006b.
- _____. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília: MEC/SEB, 2006c.
- _____. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. *Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito*. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. *Crêches para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- CÔCO, V. Formação continuada na educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, n. 33, Caxambu, 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6078--Int.docx.pdf>.
- KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.
- MELLO, A. M. Apresentação. In: MELLO, A. M. e cols. *O dia a dia das creches e pré-escolas*. Crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 25-30.
- MICARELLO, H. A. L. S. *Professores da pré-escola: trabalho, saberes e processos de construção*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, M. N. C. Criança, infância e política na compreensão dos profissionais que atuam na educação infantil em Curitiba. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, n. 31, Caxambu, 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>
- SILVA, I. O. Trabalho docente na educação infantil: dilemas e tensões. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3509--Int.pdf>
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.